

Inclusão de pessoas com deficiências intelectuais em classe de ensino regular

Celia de Fatima Macagnan

Mestre em Educação UNINI - MX

Mestre em Formação de Professores UNIATLANTICO - ES

Carlos Tadeu Queiroz de Moraes

Doutor Informática em Educação - UNINI - MX

RESUMO

Este artigo tem por objetivo geral investigar as relações entre o trabalho pedagógico dos docentes e a inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular, focando no alinhamento das ações inclusivas com as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico (PPP). O estudo utilizou a revisão de literatura sistemática como abordagem, seguindo uma análise crítica de conteúdo conforme o protocolo de Bardin (2016). A abordagem qualitativa permitiu uma exploração aprofundada das nuances presentes na literatura. Os principais resultados obtidos foram no sentido de que o alinhamento entre as diretrizes do PPP e a implementação de práticas inclusivas é crucial para criar um ambiente educacional atendendo a todos os alunos. Neste contexto, a formação docente se revela aspecto fundamental para a educação inclusiva, abrangendo recursos, cooperação interdisciplinar e sensibilização para a diversidade. Verificou-se, ainda, que as diretrizes do PPP podem guiar a transformação da educação inclusiva, fornecendo orientação estratégica e promovendo ambientes acolhedores, destacando-se, ainda, que a educação inclusiva é um processo dinâmico que exige adaptação constante e colaboração entre todos os envolvidos. Diante disso, pode-se concluir pela interdependência entre as diretrizes do PPP, formação docente e práticas inclusivas para alcançar educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. A adoção de abordagens alinhadas ao PPP, investimento em formação docente e avaliação contínua podem promover mudanças significativas no sistema educacional, tornando-o mais acessível e enriquecedor para todos os alunos, independentemente de suas habilidades.

Palavras-chave: Educação, Inclusão escolar, Projeto político-pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão educacional tem se destacado como um tema de relevância no cenário educacional contemporâneo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, editada em 1996, estabeleceu diretrizes que visam à construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas, abrindo caminho para uma abordagem mais abrangente e inclusiva da educação. Este documento, além de contemplar a organização das atividades de ensino e aprendizagem, também abraça a responsabilidade de formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento coletivo da sociedade (Veiga, 2015). Dentro desse contexto, surge a indagação sobre como se efetiva a inclusão de crianças com deficiência intelectual no âmbito do ensino regular, considerando as particularidades do PPP.

Diante disto, este estudo concentra-se na análise do processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual no contexto da educação regular, tendo como enfoque principal a interação entre



o PPP das escolas e as práticas inclusivas adotadas. Será investigada a efetividade das ações inclusivas previstas no PPP e como essas ações são concretamente implementadas para atender às necessidades dessas crianças.

A problemática de pesquisa abrange reflexão sobre até que ponto a educação inclusiva é efetivamente promovida no ambiente escolar regular. A questão-problema elaborada é a seguinte: Como ocorre a articulação entre as diretrizes do PPP e a prática de inclusão de crianças com deficiência intelectual, de modo a se assegurar o acesso a um processo educativo que respeite suas singularidades e necessidades?

O objetivo geral é investigar as relações entre o trabalho pedagógico dos docentes e a inclusão de crianças com deficiência intelectual no contexto do ensino regular, com foco na análise do impacto e alinhamento das ações inclusivas com as diretrizes do PPP. Para atingi-lo, os objetivos específicos são os seguintes: analisar a relação entre as diretrizes estabelecidas no PPP das escolas e a implementação das práticas inclusivas voltadas para crianças com deficiência intelectual, visando compreender em que medida o PPP direciona e apoia a educação inclusiva; investigar o processo de formação dos docentes para lidarem com a educação inclusiva de crianças com deficiência intelectual no ambiente do ensino regular, identificando as estratégias e recursos de capacitação utilizados e avaliando seu impacto na prática pedagógica; avaliar as condições materiais, humanas e objetivas oferecidas pelas escolas para o atendimento educacional especializado de crianças com deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva, buscando compreender os desafios enfrentados pelas escolas na promoção de um ambiente inclusivo e adequado às necessidades desses alunos.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular é uma necessidade social e educacional premente. No entanto, é crucial compreender como as escolas efetivamente implementam as práticas inclusivas, especialmente em relação às diretrizes do PPP. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar se as ações inclusivas estão alinhadas com o PPP e se contribuem para um ambiente educacional mais equitativo e enriquecedor para todas as crianças.

2 MÉTODO

A metodologia escolhida para esta pesquisa foi a revisão de literatura sistemática, a qual se apresenta como uma abordagem adequada para a investigação do problema proposto. A abordagem qualitativa foi empregada, visando a análise crítica de conteúdo seguindo o protocolo de Bardin (2016). A revisão de literatura sistemática oferece um quadro estruturado e abrangente para a seleção, coleta e análise de estudos pertinentes, assegurando um processo transparente e rigoroso. Neste contexto, a abordagem qualitativa ora adotada permitiu uma exploração aprofundada das nuances e padrões presentes na literatura, transcendendo a análise meramente quantitativa.



A análise crítica de conteúdo, conforme delineado no protocolo de Bardin (2016), proporciona uma estrutura organizada para a interpretação e categorização dos dados coletados. Essa metodologia possibilita a identificação de significados subjacentes, tendências emergentes e a construção de uma compreensão global da temática em estudo.

Dessa forma, a metodologia selecionada, composta pela revisão de literatura sistemática, a abordagem qualitativa e a análise crítica de conteúdo seguindo o protocolo de Bardin (2016), desempenha um papel crucial na obtenção de informações e no desenvolvimento de um conhecimento aprofundado sobre o processo de ensino e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual no contexto do ensino regular.

Sendo assim, o procedimento adotado se desdobrou da seguinte maneira: na etapa de preparação dos dados, os dados foram meticulosamente organizados e devidamente preparados, assegurando sua prontidão para a fase subsequente. A organização abrangeu a avaliação das informações coletadas, priorizando aquelas de maior pertinência para o escopo do estudo, com foco na análise objetiva.

Em seguida, na fase de pré-análise, efetuou-se uma leitura inicial dos dados coligidos com o objetivo de obter uma compreensão geral do conteúdo. Durante esta etapa, emergiram padrões temáticos e conceituais relacionados à inclusão escolar.

A fase subsequente, de codificação, demandou a criação de um sistema de categorias alinhado com os objetivos da pesquisa, abrangendo as seguintes categorias de análise: Categoria 1: Relação entre as diretrizes do PPP e a implementação de práticas inclusivas; e Categoria 2: Formação dos docentes para a educação inclusiva. Nesta etapa, portanto, a iniciativa consistiu em identificar a unidade de registro, ou seja, o recorte da pesquisa a ser codificado.

Na sequência, fase de categorização e classificação, todos os dados foram agrupados para uma análise abrangente das práticas de cada categoria dentro do escopo da pesquisa, considerando a problemática investigada. Essa categorização permitiu a compilação das informações a fim de avaliar aspectos subjetivos pertinentes. Os excertos textuais foram, desse modo, agrupados e categorizados de acordo com as definições estabelecidas na etapa anterior, permitindo a organização dos dados e a identificação de padrões e interconexões entre as categorias.

Na etapa subsequente de análise e interpretação, os dados categorizados foram submetidos a uma análise crítica e interpretativa à luz dos propósitos da pesquisa. Durante essa fase, aspectos relevantes sobre a inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular foram identificados, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento sobre o tema.

Por fim, na fase de apresentação dos resultados, os achados da análise foram comunicados de forma transparente e precisa, valendo-se de relatórios, gráficos e citações de trechos textuais pertinentes. As conclusões obtidas foram embasadas em evidências dos aspectos identificados na análise, estabelecendo conexões com os objetivos da pesquisa.

3 RESULTADOS

Os resultados estão evidenciados na Tabela 1, separados por categoria, de modo a facilitar, posteriormente, a visualização quando da apresentação e discussão dos resultados:

Tabela 1 – Resultados da pesquisa. Categoria 1: Relação entre as diretrizes do PPP e a implementação de práticas inclusivas

| Ano | Autor | Título | Objetivo | Principais Resultados | Conclusão |
|------|---|--|---|---|--|
| 2020 | Costa, T. M. da, Almiron, M. G., Medeiros, D. & de Souza Balk, R. | Os caminhos para a educação inclusiva: relação entre documentos norteadores e inclusão | Investigar influência de documentos norteadores na inclusão | Documentos norteadores são fundamentais | Integração dos documentos melhora inclusão |
| 2021 | Cunha, M. D. M. V. da | Tessitura de processos coletivos para implementação da lei nº 10.639/03 | Analisar impacto de ações coletivas na implementação da lei | Processos coletivos fortalecem aplicação da lei | Desafios práticos persistem na implementação |
| 2021 | Freiberger, M. B. & Sardagna, H. V. | Implantação do AEE: expectativas de professores e familiares | Avaliar expectativas no contexto escolar | Expectativas variam entre atores escolares | Comunicação e entendimento são cruciais |
| 2021 | Silveira, F. F. & Silva Mello, M. A. | Gestão escolar na reestruturação curricular a partir da BNCC | Investigar papel da gestão na implementação da BNCC | Gestoras têm papel-chave na reestruturação | Gestão escolar influencia a adequação curricular |
| 2022 | Fabri, L. T. C. & El Tassa, K. O. M. | Concepção e humanização do currículo na educação especial | Explorar abordagem docente no currículo da educação especial | Ênfase na humanização do ensino | Humanização contribui para melhor aprendizado |
| 2023 | Segabinazzi, M. & Lunardi-Mendes, G. M. | Soluções educacionais, avaliação e inclusão escolar | Analisar impacto das soluções educacionais na inclusão | Soluções educacionais afetam inclusão | Avaliação contínua é essencial para melhorias |
| 2023 | Carvalho, C. L. de & Lino, C. M. | Gestão escolar na educação inclusiva: produção acadêmica e realidade escolar | Investigar relação entre pesquisa acadêmica e prática escolar | Discrepâncias entre teoria e prática | Maior alinhamento é necessário para eficácia |

Fonte: A autora, 2023

Categoria 2: Formação dos docentes para a educação inclusiva

| Ano | Autor | Título | Objetivo | Principais Resultados | Conclusão |
|------|---------------------------------|--|--|--|---|
| 2020 | Felicetti, S. A., & Batista, I. | A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. | Investigar a formação de professores para a educação inclusiva com base na literatura acadêmica. | Destacou a importância da literatura acadêmica na formação de professores para a inclusão. | A literatura acadêmica é uma fonte valiosa para aprimorar a formação docente na inclusão. |



| | | | | | |
|------|--|---|--|--|--|
| 2020 | Franco, R. M. D. S., & Gomes, C. | Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. | Analisar a produção acadêmica nacional sobre educação inclusiva além da perspectiva da educação especial. | Identificou a diversidade de abordagens e temas na produção acadêmica sobre inclusão. | A educação inclusiva é um campo multidimensional que vai além da educação especial. |
| 2020 | Nunes, L. D. G. A. | Psicologia escolar e desenvolvimento Profissional Docente: tecendo diálogos com professores sobre educação inclusiva. | Explorar diálogos entre psicólogos escolares e professores sobre a educação inclusiva. | Destacou a importância da colaboração entre psicólogos escolares e professores na inclusão. | A colaboração entre profissionais é essencial para promover a inclusão eficaz. |
| 2020 | Ribeiro, J. J. | Educação inclusiva e os desafios para formação de docente. | Analisar os desafios na formação de professores para a educação inclusiva. | Identificou desafios na formação de professores, como a falta de preparação para a inclusão. | A formação docente deve abordar os desafios específicos da educação inclusiva. |
| 2021 | Barbosa, A. K. G., & Bezerra, T. M. C. | Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. | Refletir sobre a relação entre escola, formação docente e educação inclusiva. | Destacou a necessidade de formação docente focada na inclusão para criar ambientes inclusivos. | A formação docente é fundamental para construir escolas verdadeiramente inclusivas. |
| 2021 | Loureiro, C. R. M. J., & Silva, R. L. | Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. | Analisar os desafios na formação de estudantes público-alvo da educação especial diante das políticas de inclusão. | Destacou as dificuldades na formação desses estudantes e a necessidade de políticas mais efetivas. | Políticas inclusivas devem contemplar a formação adequada dos estudantes público-alvo. |
| 2021 | Pimentel, S. C., & Ribeiro, S. L. | Política de formação de professores para educação inclusiva: reflexões a partir do plano nacional de educação. | Refletir sobre a política de formação de professores para a inclusão com base no plano nacional de educação. | Analisou como o plano nacional de educação influencia a formação de professores para a inclusão. | As políticas de formação devem estar alinhadas com os planos nacionais para promover a inclusão. |
| 2022 | Rego, L. F. M. E., Costa, D. D. J. M., Fernandes, V. M. D. C., & Silva, P. T. S. | Tecnologias e Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na formação docente. | Explorar o uso de tecnologias na educação inclusiva e os desafios relacionados à formação docente. | Discutiu o potencial das tecnologias para a inclusão e ressaltou a necessidade de capacitação docente. | A integração de tecnologias na educação inclusiva requer preparo e formação adequados. |

| | | | | | |
|------|---|--|--|--|--|
| 2023 | El Tassa, K. O. M., de Carvalho Cruz, G., & Cabral, J. J. | Educação Inclusiva e o Curso de Formação de Docentes: Desafios e Relatos de Experiência. | Investigar os desafios e experiências na formação de docentes para a educação inclusiva. | Abordou relatos de experiências na formação docente e destacou desafios a serem superados. | A formação de docentes para a inclusão demanda superação de desafios e compartilhamento de experiências. |
|------|---|--|--|--|--|

Fonte: A autora, 2023

A partir deles, pois, realizou-se a categorização conforme informado na seção de métodos, estando os resultados da pesquisa assim dispostos, com sua respectiva discussão:

3.1 RELAÇÃO ENTRE AS DIRETRIZES DO PPP E A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

A relação entre as diretrizes do PPP e a efetiva implementação de práticas inclusivas representa um aspecto crucial no panorama da educação contemporânea. Nesse contexto, diversos autores (Segabinazzi, & Lunardi-Mendes, 2023; Carvalho, & Lino, 2023; Fabri, & El Tassa, 2022; Cunha, 2021; Freiburger, & Sardagna, 2021; Silveira, & Mello, 2021; Costa, Almiron & Medeiros, 2020) têm se dedicado a investigar como essas diretrizes influenciam e moldam a promoção da educação inclusiva, bem como o apoio proporcionado pelo PPP para garantir a inclusão de crianças com deficiência intelectual.

Dentro deste tema complexo e relevante, serão abordados três pontos fundamentais: o alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP, o impacto das diretrizes do PPP na promoção da educação inclusiva e, por fim, o papel do PPP como apoio à inclusão de crianças com deficiência intelectual. Essas facetas entrelaçadas fornecem um panorama abrangente e detalhado da interação entre as diretrizes pedagógicas e a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

3.1.1 Alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP

O alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP constitui um aspecto crucial na busca por uma educação equitativa e acessível a todos os estudantes.

Os estudos de Segabinazzi & Lunardi-Mendes (2023) destacam a necessidade de considerar as soluções educacionais em consonância com as diretrizes do PPP. A pesquisa explora como as soluções educacionais podem ser alinhadas de maneira eficaz com as diretrizes para promover a inclusão. Os resultados revelam que um alinhamento cuidadoso e intencional pode contribuir significativamente para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Por sua vez, Carvalho & Lino (2023) analisam a produção acadêmica paulista no campo da gestão escolar na educação inclusiva e sua relação com a realidade escolar. Esses estudos revelam que, embora



existam contribuições valiosas na literatura acadêmica, nem sempre há um alinhamento perfeito entre as pesquisas e a prática escolar. Isso destaca a importância de que as diretrizes do PPP incorporem de maneira concreta e efetiva as práticas inclusivas discutidas nas pesquisas, a fim de superar as barreiras entre teoria e prática.

No contexto da educação especial, Fabri & El Tassa (2022) enfocam a humanização do currículo como parte essencial do alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP. O estudo destaca a importância de uma abordagem docente que reconheça as necessidades individuais dos alunos e promova uma experiência educacional mais inclusiva e significativa. Isso ressalta a necessidade de que as diretrizes do PPP reconheçam e apoiem essa abordagem centrada no aluno.

Os trabalhos de Cunha (2021) e Freiburger & Sardagna (2021) enfocam as expectativas e o apoio dos atores escolares na implementação de práticas inclusivas. Esses estudos apontam para a importância de considerar as expectativas de professores, familiares e outros membros da comunidade escolar ao alinhar as práticas inclusivas com as diretrizes do PPP. O suporte eficaz e a compreensão das perspectivas dos envolvidos são elementos cruciais para o sucesso da inclusão.

Além disso, Silveira & Mello (2021) e Costa, Almiron & Medeiros (2020) contribuem para a compreensão do alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP através do exame da gestão escolar e de documentos norteadores. Esses estudos ressaltam a importância da gestão escolar como facilitadora da implementação eficaz das práticas inclusivas e enfatizam como os documentos norteadores podem servir como guias para alinhar a abordagem pedagógica com os princípios da inclusão.

Percebe-se, pois, da análise dos trabalhos dos autores ora mencionados, a importância do alinhamento das práticas inclusivas com as diretrizes do PPP. Essa relação não apenas molda a abordagem pedagógica, mas também impacta diretamente a experiência educacional dos alunos, promovendo uma educação mais justa, equitativa e inclusiva. A compreensão dessas conexões é fundamental para a contínua melhoria da prática educacional e para a criação de ambientes de aprendizado verdadeiramente inclusivos.

3.1.2 Impacto das diretrizes do PPP na promoção da educação inclusiva

As diretrizes do PPP desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva, impactando diretamente a estrutura, as práticas e os resultados do sistema educacional.

Segabinazzi & Lunardi-Mendes (2023) trazem à tona a ideia de que as diretrizes do PPP podem ser um catalisador para a mudança, proporcionando um roteiro claro para a implementação da educação inclusiva. Se adequadamente integradas e aplicadas, essas diretrizes podem orientar a criação de ambientes de aprendizado que acolham a diversidade e atendam às necessidades individuais de todos os alunos. O estudo revela que as diretrizes do PPP têm o potencial de agir como um guia prático para os educadores, auxiliando na adaptação das práticas pedagógicas e na reestruturação dos currículos.



Da mesma forma, Carvalho & Lino (2023) enfatizam que as diretrizes do PPP podem servir como uma ponte entre a pesquisa acadêmica e a prática escolar. Ao incorporar princípios e recomendações derivados da produção acadêmica na gestão escolar, as diretrizes podem atuar como um meio para traduzir teoria em ação, promovendo a efetivação das práticas inclusivas discutidas nas pesquisas. Isso destaca a importância de que as diretrizes do PPP sejam dinâmicas e adaptáveis, de modo a refletir as necessidades e a evolução da educação inclusiva.

A perspectiva de Fabri & El Tassa (2022) reforça a influência das diretrizes do PPP na promoção da educação inclusiva, sobretudo no que se refere à humanização do currículo. Ao incorporar princípios de empatia, individualização e diversificação curricular, as diretrizes podem orientar os educadores a adotar uma abordagem pedagógica que valorize as experiências e as necessidades únicas de cada aluno. Assim, as diretrizes do PPP não apenas delineiam práticas inclusivas, mas também ajudam a definir uma visão abrangente de educação centrada no aluno.

Cunha (2021) e Freiberger & Sardagna (2021) trazem uma perspectiva relevante sobre a influência das diretrizes do PPP na promoção da educação inclusiva ao abordar as expectativas e o apoio dos atores escolares. Esses estudos ressaltam que as diretrizes do PPP podem estabelecer um contexto claro para o desenvolvimento de expectativas compartilhadas e para a criação de um ambiente de apoio à inclusão. Quando as diretrizes incorporam princípios inclusivos, elas podem capacitar educadores, familiares e alunos a desempenharem papéis ativos na promoção da diversidade e na garantia da equidade educacional.

Por fim, Silveira & Mello (2021) e Costa, Almiron & Medeiros (2020) contribuem para a compreensão do impacto das diretrizes do PPP na promoção da educação inclusiva através da exploração da gestão escolar e dos documentos norteadores. Esses estudos destacam que as diretrizes do PPP têm o potencial de orientar as escolas na implementação de práticas inclusivas ao fornecer um quadro estratégico e prático para a gestão da diversidade e para a adaptação curricular.

Assim, considerando os estudos utilizados como base, têm-se que as diretrizes do PPP desempenham um papel significativo na promoção da educação inclusiva, atuando como guias estratégicos que informam práticas pedagógicas, moldam a cultura escolar e empoderam os envolvidos a criarem ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. O impacto dessas diretrizes transcende os muros da escola, estendendo-se à sociedade como um todo, ao contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversificada.

3.1.3 Apoio proporcionado pelo PPP para a inclusão de crianças com deficiência intelectual

O apoio proporcionado pelo PPP para a inclusão de crianças com deficiência intelectual representa um componente essencial na busca por uma educação equitativa e abrangente.



Segabinazzi & Lunardi-Mendes (2023) contribuem para a compreensão desse aspecto ao explorar soluções educacionais e avaliação no contexto da inclusão escolar. O estudo demonstra que o PPP pode ser configurado para integrar práticas que abordem as necessidades específicas de crianças com deficiência intelectual. O planejamento de soluções educacionais inclusivas e a definição de métricas de avaliação sensíveis à diversidade podem ser inseridos no PPP de modo a garantir que a inclusão se estenda a todos os alunos, independentemente das suas habilidades.

Além disso, Carvalho & Lino (2023) trazem à tona a importância da relação entre a pesquisa acadêmica e a prática escolar na gestão escolar na educação inclusiva. Eles mostram como o PPP pode incorporar resultados de pesquisa para orientar práticas eficazes, incluindo aquelas que direcionam a inclusão de crianças com deficiência intelectual. Essa abordagem colaborativa e interdisciplinar, em que a pesquisa informa diretamente a elaboração do PPP, pode resultar em estratégias mais eficazes e personalizadas para a inclusão.

No âmbito da educação especial, Fabri & El Tassa (2022) discutem a humanização do currículo e a abordagem docente na educação inclusiva. O PPP pode desempenhar um papel crucial ao incorporar princípios de humanização que reconheçam as necessidades individuais das crianças com deficiência intelectual. A promoção de uma abordagem pedagógica sensível às diferenças e que valorize as experiências únicas dos alunos pode ser integrada ao PPP, garantindo assim que as práticas inclusivas sejam efetivamente implementadas.

Cunha (2021) e Freiburger & Sardagna (2021) destacam o impacto das expectativas e do apoio da comunidade escolar na inclusão. O PPP pode atuar como um documento orientador que estabelece um ambiente de apoio e compreensão para a inclusão de crianças com deficiência intelectual. Através da definição de expectativas claras e da implementação de medidas de apoio, o PPP pode criar um contexto favorável à diversidade e à aprendizagem de todos os alunos.

Por fim, Silveira & Mello (2021) e Costa, Almiron & Medeiros (2020) trazem a gestão escolar como um fator chave no apoio à inclusão. O PPP pode incorporar políticas e práticas de gestão que se concentrem na inclusão de crianças com deficiência intelectual. Ao estabelecer diretrizes claras para a gestão de recursos, suporte pedagógico e parcerias com profissionais de educação especial, o PPP pode criar um ambiente em que as necessidades de todos os alunos sejam atendidas de forma adequada.

Deste modo, o que se tem é que o PPP se mostra um apoio crucial para a inclusão de crianças com deficiência intelectual. Ao incorporar estratégias inclusivas, abordagens humanizadas e expectativas claras, o PPP pode atuar como um guia prático que capacita educadores, famílias e a comunidade escolar a criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e enriquecedores.



3.2 FORMAÇÃO DOS DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação dos docentes é um pilar crucial na construção de um sistema educacional inclusivo e de qualidade, capaz de atender às necessidades variadas dos alunos. Nesse contexto, a análise das contribuições de autores como Felicetti & Batista (2020), Franco & Gomes (2020), Nunes (2020), Ribeiro (2020), Loureiro & Silva (2021), Barbosa & Bezerra (2021), Pimentel & Ribeiro (2021), Rego, Costa, Fernandes & Silva (2022) e El Tassa, Carvalho Cruz & Cabral (2023) evidencia a importância e os desafios da formação docente para a educação inclusiva.

As discussões acerca das estratégias de formação docente (2.1) revelam como os profissionais da educação podem ser preparados para enfrentar as complexidades da inclusão. Com base nas obras analisadas, se explorará como os métodos de formação são delineados para abordar as demandas da educação inclusiva, considerando a diversidade de perfis de alunos em sala de aula.

Além disso, os recursos de capacitação utilizados na formação de docentes (2.2) emergem como fator determinante no processo de preparação. A proposta é investigar de que maneira autores como Felicetti & Batista (2020) e Rego, Costa, Fernandes & Silva (2022) destacam o papel de recursos como tecnologias e literatura acadêmica na capacitação de educadores para atender a uma gama mais ampla de necessidades educacionais.

A avaliação do impacto da formação docente na prática pedagógica (2.3) surge como um aspecto crítico para medir a eficácia das estratégias empregadas. As reflexões de autores como El Tassa, Carvalho Cruz & Cabral (2023) e Pimentel & Ribeiro (2021) proporcionarão conhecimentos importantes sobre como a formação influencia diretamente a atuação dos docentes em sala de aula, identificando possíveis mudanças nas abordagens pedagógicas e nos resultados dos alunos.

Portanto, por meio da análise das contribuições desses autores, este estudo explorará as estratégias de formação docente para a educação inclusiva, os recursos utilizados nesse processo e a avaliação do impacto dessas práticas na prática pedagógica. A compreensão desses aspectos será fundamental para moldar um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às necessidades variadas dos estudantes.

3.2.1 Estratégias de formação docente para a educação inclusiva

A formação docente voltada para a educação inclusiva é um tópico de grande relevância na busca por um sistema educacional que atenda às diversas necessidades dos alunos.

Felicetti, & Batista (2020) destacam a importância da literatura acadêmica como um recurso valioso na formação de docentes. Através da análise crítica de estudos e pesquisas relacionados à educação inclusiva, os educadores podem embasar suas práticas em evidências sólidas, adotando abordagens mais informadas e eficazes. Já Franco & Gomes (2020) ressaltam a relevância da formação colaborativa entre docentes. A criação de espaços de compartilhamento e aprendizado entre os próprios educadores pode



promover a troca de experiências, enriquecendo as estratégias pedagógicas e permitindo que os professores enfrentem os desafios da inclusão de maneira mais eficaz.

Nunes (2020) enfatiza a colaboração entre psicólogos escolares e docentes como uma estratégia promissora. A cooperação entre esses profissionais pode fornecer importantes informações sobre o desenvolvimento dos alunos e direcionar estratégias de apoio individualizadas. Em contrapartida, Ribeiro (2020) destaca a importância de abordar de forma direcionada os desafios específicos enfrentados na educação inclusiva. A análise realista dos obstáculos pode equipar os docentes com soluções concretas e prepará-los para atender às necessidades variadas dos alunos.

A seu turno, Loureiro, & Silva (2021) evidenciam a sensibilização como parte integral da formação docente. A conscientização sobre as questões de diversidade e inclusão pode aprimorar a atitude e a abordagem dos educadores, tornando-os mais aptos a criar ambientes acolhedores. Também Barbosa & Bezerra (2021) apresentam a reflexão crítica como uma estratégia fundamental. A análise profunda das práticas pedagógicas à luz das demandas da inclusão pode permitir que os educadores desenvolvam uma compreensão mais profunda das necessidades dos alunos e ajustem suas abordagens conforme necessário. Pimentel & Ribeiro (2021), por sua vez, discutem a importância das políticas de formação alinhadas aos planos nacionais de educação. A definição clara de diretrizes pode criar um ambiente em que as estratégias de inclusão sejam coerentes e eficazes em toda a rede educacional.

Outra perspectiva é apresentada por Rego, Costa, Fernandes & Silva (2022), que exploram o uso de tecnologias como parte integrante da formação docente. A capacitação para o uso de recursos tecnológicos pode permitir que os educadores adaptem suas práticas de maneira flexível e adequada às necessidades dos alunos. Já El Tassa, Carvalho Cruz & Cabral (2023) abordam a importância das experiências práticas na formação docente. O compartilhamento de relatos de experiência vivenciados por docentes em contextos inclusivos pode proporcionar bons indicativos aos futuros educadores, auxiliando-os a enfrentar desafios reais.

Deste modo, como aqui demonstrado, a formação docente para a educação inclusiva requer uma abordagem multifacetada que envolve o uso de literatura acadêmica, colaboração entre docentes, cooperação interdisciplinar, abordagem realista dos desafios, sensibilização, reflexão crítica, políticas alinhadas, uso de tecnologias e aprendizado prático. Ao adotar essas estratégias, é possível preparar os educadores para criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos possam prosperar.

3.2.2 Recursos de capacitação utilizados na formação de docentes

Os recursos de capacitação desempenham um papel crucial na formação de docentes voltada para a educação inclusiva, proporcionando as ferramentas necessárias para que os educadores possam abordar de



maneira eficaz a diversidade de necessidades dos alunos. A análise das abordagens propostas por autores como Felicetti & Batista (2020) e Rego, Costa, Fernandes & Silva (2022) oferece apontamentos importantes sobre como esses recursos podem contribuir para o aprimoramento da prática pedagógica inclusiva.

Felicetti & Batista (2020) destacam a importância da literatura acadêmica como recurso formativo. Através da análise crítica de estudos e pesquisas relacionados à educação inclusiva, os educadores podem embasar suas práticas em evidências sólidas, adotando abordagens mais informadas e eficazes. A leitura de estudos que abordam diferentes aspectos da inclusão, como adaptação curricular, estratégias de ensino diferenciadas e intervenção precoce, permite que os docentes compreendam as melhores práticas para atender às necessidades variadas dos alunos.

Por sua vez, Rego, Costa, Fernandes & Silva (2022) exploram o uso de tecnologias como recurso de capacitação. A integração de recursos tecnológicos na formação docente oferece oportunidades para que os educadores adquiram habilidades relevantes e contemporâneas. Plataformas de ensino online, recursos digitais acessíveis e softwares específicos para educação inclusiva podem auxiliar os docentes a compreenderem como utilizar a tecnologia para criar ambientes de aprendizagem mais flexíveis e adaptados às necessidades individuais dos alunos.

Ambos os autores ressaltam a importância de recursos de capacitação que forneçam aos educadores conhecimentos práticos e embasados. Enquanto a literatura acadêmica oferece uma base teórica sólida, as tecnologias proporcionam oportunidades de aprendizado mais interativo e contextualizado, permitindo que os docentes experimentem na prática as abordagens inclusivas.

Deste modo, o que se tem é que os recursos de capacitação desempenham um papel vital na preparação dos educadores para a educação inclusiva. A combinação de literatura acadêmica e tecnologias proporciona uma abordagem completa e abrangente, equipando os docentes com conhecimentos teóricos e práticos para atender às necessidades variadas dos alunos em ambientes educacionais diversificados.

3.2.3 Avaliação do impacto da formação docente na prática pedagógica

A avaliação do impacto da formação docente na prática pedagógica é uma etapa essencial para garantir que as estratégias de capacitação estejam realmente gerando resultados positivos e eficazes no contexto educacional inclusivo. A análise das abordagens apresentadas por autores como El Tassa, Carvalho Cruz & Cabral (2023) e Pimentel & Ribeiro (2021) oferece dados valiosos sobre como essa avaliação pode ser realizada de maneira significativa.

El Tassa, Carvalho Cruz & Cabral (2023) abordam os desafios e relatos de experiência da formação de docentes para a educação inclusiva. Através da análise dessas experiências vivenciadas por docentes, é possível avaliar como a formação impactou diretamente suas práticas pedagógicas. Ao compartilhar histórias de sucessos e dificuldades enfrentadas em contextos inclusivos, os educadores podem entender



como a formação influenciou suas abordagens, adaptando-as para atender às necessidades dos alunos de maneira mais eficaz.

Pimentel & Ribeiro (2021) abordam a reflexão sobre as políticas de formação de professores para a educação inclusiva. Através da análise crítica das políticas implementadas e dos planos de formação, é possível avaliar a coerência entre o que foi proposto e o impacto observado na prática pedagógica. A avaliação das políticas de formação pode identificar lacunas ou áreas de melhoria, direcionando esforços para aprimorar as estratégias de capacitação.

Avaliar o impacto da formação docente na prática pedagógica envolve também a observação direta das ações dos educadores em sala de aula. Essa avaliação pode ser conduzida através da análise de planos de aula, atividades desenvolvidas, interações com os alunos e resultados de aprendizagem. Comparar a prática anterior à formação com a prática atual pode revelar mudanças positivas e evidenciar o impacto das estratégias de capacitação.

Além disso, a coleta de *feedback* dos próprios alunos também desempenha um papel fundamental na avaliação do impacto da formação docente. Ao ouvir as percepções e opiniões dos estudantes sobre as mudanças implementadas pelo educador após a formação, é possível entender se essas alterações estão de fato beneficiando a experiência de aprendizagem dos alunos.

Tem-se, pois, que a avaliação do impacto da formação docente na prática pedagógica é uma etapa crucial para garantir que as estratégias de capacitação sejam eficazes na promoção de uma educação inclusiva. Ao analisar experiências vivenciadas por docentes, refletir sobre políticas de formação, observar práticas em sala de aula e coletar feedback dos alunos, é possível identificar mudanças positivas e direcionar esforços para aprimorar ainda mais a preparação dos educadores.

4 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O presente estudo explorou as interações entre as diretrizes do PPP e a implementação de práticas inclusivas na educação, assim como a importância da formação docente para a promoção da educação inclusiva. A partir da análise de diversas contribuições acadêmicas, emergiram discussões detalhadas que oferecem apontamentos relevantes sobre como criar ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e preparar os educadores para enfrentar os desafios da diversidade.

No que tange à relação entre as diretrizes do PPP e a implementação de práticas inclusivas, o estudo revelou que o alinhamento entre esses dois elementos é fundamental para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades de todos os alunos. As diretrizes do PPP, quando cuidadosamente elaboradas e incorporadas, podem servir como guias práticos que orientam educadores, gestores e toda a comunidade escolar a adotar abordagens inclusivas. Essa interseção entre a teoria e a prática é crucial para a



concretização da inclusão, permitindo que as intenções declaradas nas políticas educacionais se traduzam em ações eficazes dentro da sala de aula.

A formação docente mostrou-se um componente-chave para a efetivação da educação inclusiva. Diversos recursos e estratégias foram discutidos, desde a literatura acadêmica até o uso de tecnologias, refletindo a necessidade de capacitar os educadores com conhecimentos teóricos e práticos relevantes. A formação colaborativa entre docentes, a cooperação interdisciplinar e a sensibilização para as questões de diversidade emergiram como práticas promissoras para melhorar a preparação dos educadores. Além disso, a avaliação do impacto da formação na prática pedagógica tornou-se essencial para medir a eficácia das estratégias empregadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

Um aspecto central que emergiu das discussões é que a educação inclusiva não é um conceito estático, mas sim um processo dinâmico que requer adaptação constante e colaboração entre todos os atores envolvidos. As diretrizes do PPP podem atuar como ferramentas poderosas para guiar essa transformação, proporcionando orientação estratégica e promovendo a criação de ambientes educacionais acolhedores e enriquecedores. A formação docente, por sua vez, deve ser vista como um investimento contínuo na melhoria das práticas pedagógicas, capacitando os educadores a lidar de maneira eficaz com as complexidades da sala de aula inclusiva.

Em conclusão, o estudo demonstrou a interdependência entre as diretrizes do PPP, a formação docente e a implementação de práticas inclusivas na educação. Esses elementos estão intrinsecamente ligados e devem ser abordados de maneira holística para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Ao adotar abordagens alinhadas às diretrizes do PPP, investir em formação docente eficaz e avaliar continuamente o impacto dessas práticas, é possível promover mudanças significativas no sistema educacional, tornando-o mais acessível, adaptado e enriquecedor para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.



REFERÊNCIAS

- Barbosa, A. K. G., & Bezerra, T. M. C. (2021). Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. *Ensino em Perspectivas*, 2(2), 1-11.
- Bardin, Laurence (2016). *Análise de conteúdo*. Trad. Augusto Pinheiro, Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70.
- Carvalho, C. L. de, & Lino, C. M. (2023). Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar. *Revista Educação Especial*, 36(1), e21-1.
- Costa, T. M. da, Almiron, M. G., Medeiros, D., & de Souza Balk, R. (2020). Os caminhos para a educação inclusiva: a relação entre documentos norteadores e o processo de inclusão. *Research, Society and Development*, 9(3), e107932490-e107932490.
- Cunha, M. D. M. V. da (2021). “Uma coisa é a lei no papel, outra coisa é a lei aqui na prática”: a tessitura de processos coletivos de gestão para a implementação da lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar. Repositório UFMG.
- El Tassa, K. O. M., de Carvalho Cruz, G., & Cabral, J. J. (2023). Educação Inclusiva e o Curso de Formação de Docentes: Desafios e Relatos de Experiência. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 14(41), 100-115.
- Fabri, L. T. C., & El Tassa, K. O. M. (2022). Concepção e humanização do currículo: a abordagem docente na educação especial. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 10(29), 59-73.
- Felicetti, S. A., & Batista, I. (2020). A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, 12(24), 165-180.
- Franco, R. M. D. S., & Gomes, C. (2020). Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. *Revista Psicopedagogia*, 37(113), 194-207.
- Freiberger, M. B., & Sardagna, H. V. (2021). Implantação do AEE: expectativas de professores e familiares no contexto de uma escola comunitária. *Revista De Ensino, Educação E Ciências Humanas*, 22(4), 547-555.
- Loureiro, C. R. M. J., & Silva, R. L. (2021). Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED*, 2(3), 196-210.
- Nunes, L. D. G. A. (2020). *Psicologia escolar e desenvolvimento Profissional Docente: tecendo diálogos com professores sobre educação inclusiva* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Pimentel, S. C., & Ribeiro, S. L. (2021). Política de formação de professores para educação inclusiva: reflexões a partir do plano nacional de educação. *Cenas Educacionais*, 4, e11763-e11763.
- Rego, L. F. M. E., Costa, D. D. J. M., Fernandes, V. M. D. C., & Silva, P. T. S. (2022). Tecnologias e Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na formação docente. *Conjecturas*, 22(8), 779-792.
- Ribeiro, J. J. (2020). Educação inclusiva e os desafios para formação de docente. *Temas em Educação e Saúde*, 84-95.



Segabinazzi, M., & Lunardi-Mendes, G. M. (2023). Do mercado do sucesso ao sucesso de um mercado: soluções educacionais, avaliação e inclusão escolar. *Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo*, 49(1), 70.

Silveira, F. F., & Silva Mello, M. A. (2021). Papel da gestão escolar na reestruturação curricular a partir da base nacional comum curricular na visão de suas gestoras. *Revista Saberes Pedagógicos*, 5(1), 141-165.

Veiga, Ilma Passos Alencastro (2015). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14. ed. Campinas: Papyrus.